Banqueiros não aceitam lucrar menos com juros

Heitor Tepedino

Nova Iorque — Com os banqueiros internacionais preferindo evitar maiores comentários sobre a reação latino-americana frente às dificuldades para pagamento dos seus débitos, tudo indica que o grande obstáculo para um acordo será justamente a dos grandes banqueiros, que não pensam em reduzir os seus lucros a favor de ninguém, enquanto, em contrapartida, o governo dos Estados Unidos já está convencido de que as barreiras comerciais têm sido a grande causa do arrefecimento do seu índice de desemprego.

Até agora, a arma dos banqueiros tem sido a prorrogação de prazos, tanto para o principal da dívida como para os juros, o que lhes permite manter o mercado internacional sob controle, principalmente fixando-se o teto de juros que lhes agrada. No entanto, o coordenador do comitê da dívida externa do Brasil, Bill Rhodes, do Citibank, afirmou recentemente que «muitas pessoas, inclusive banqueiros, arguem que o trabalho que estamos fazendo na reestruturação de dívidas é o mesmo que colocar «bandaids» no câncer do paciente. Eles arguem — disse Bill Rhodes — que muitos dos principais planos alastram-se pelo menos para os próximos 30 anos, o que, de fato, poderia criar grandes problemas para as instituições dos dois lados, tanto públicas como privadas».

«Uma proposta, a mais popular desses dias, é a de capitalização de juros — continuou Bill Rhodes. Em minha opinião, ela não oferece vantagens, exceto que soa fácil. De fato, ela tem muitos problemas. Através dela, se poderia ter dificuldades com o regulamento de bancos dos Estados Unidos e Canadá. Além disto, esta tese poderia efetivamente eliminar o empréstimo voluntário através do descorajamento dos bancos de colocarem dinheiro novo para os clientes». Em seguida, Bill Rhodes afirma que «o mais grave, a capitalização de juros, poderia prolongar a contagem dos dias para os países devedores removerem os seus incentivos de ajustamento».

Já o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, em suas recentes viagens pelos Estados Unidos e Europa, onde fez várias conferências, adotou o princípio de que «a manutenção da cooperação entre credores e devedores é necessária mas não é condição suficiente para a solvência internacional. Efetivamente, a cooperação tem de ser provada mediante o declínio dos índices de débito/exportação».

Simonsen afirmou que «a mudança da política fiscal dos Estados Unidos, com um substancial corte do déficit do setor público e, antes de tudo, um aumento da liquidez real, acompanhado por uma robusta recuperação dos países da OCDE, poderia, automaticamente, abrir as perspectivas».

Na sua peregrinação por várias cidades americanas e européias, Simonsen fez uma proposta com três medidas: a primeira, a criação de um bônus internacional livre de impostos, para providenciar fundos para os países em desenvolvimento. Esses bônus somente poderiam ser negociados através do FMI e do Banco Mundial e, talvez, por algum outro banco oficial. Como alternativa desta proposta, Simonsen sugeriu contribuições adicionais de capital por parte dos países credores, através de seus órgãos oficiais, para compensar a transferência fiscal causada pelos impostos sobre os juros.

Em segundo lugar, seria a paralisação das ações protecionistas contra as exportações dos países devedores orientados pelo FMI em programas de ajustamentos. Este poderia envolver um acordo entre as principais nações credoras e duas instituições internacionais, o FMI e o Gatt.

Por último, Simonsen propõe a criação de «Direitos Especiais de Saque» para os países em desenvolvimento, para compensar a queda das reservas internacionais dos últimos três anos.

Solução

Nesses dois estudos, no primeiro, de Bill Rhodes, a proposta é manter-se o atual «status quo», deixando que o próprio mercado financeiro ajuste os países devedores, o que certamente é inviável, simplesmente porque os devedores não aguentam a carga dos juros.

No segundo, Simonsen atinge os pontos fundamentais de estrangulamento da economia internacional, abrindo o comércio via eliminação de barreiras e, do outro lado, alivia a carga dos juros com a retirada de taxas fiscais para os países devedores.

Contudo, o ponto central que transformou o mundo econômico em uma arena romana é, sem dúvida nenhuma, os altos juros, que deixam os países devedores na condição dos católicos sendo jogados aos leões para um farto banquete, enquanto os banqueiros assistem ao espetáculo em suas poltronas forradas de ouro, apenas indicando quando e quem deve sobreviver da luta selvagem.

Embora por caminhos ou formas diferentes, apenas duas mudanças no cenário internacional são capazes de reduzir o martírio do Terceiro Mundo, principalmente da América Latina, que são: 1 — fixação de juros compatíveis com a inflação internacional dos países desenvolvidos, atualmente na média de 5 por cento ao ano; 2 — eliminação plena das barreiras protecionistas de comércio internacional, com o mundo capitalista optando pelo livre comércio, como sempre deveria ter sido.

Sem uma decisão deste nível, o problema somente será procrastinado, tudo indicando que os banqueiros irão lutar de unhas e dentes para que os juros não sejam reduzidos, enquanto nas negociações, alguns governos, como o dos Estados Unidos, mostram-se dispostos a fazer concessões na área comercial.